

## REFLETINDO COM WEBER SOBRE A QUESTÃO DO MÉTODO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS



Affonso Pereira

Pesquisador do Depto. de Ciência Política  
da Fundação Joaquim Nabuco

1 – Uma questão ainda inconclusa ao nível das denominadas ciências sociais persiste sendo a questão do método. Pois, aqui, a indagação central continua em aberto: quais os critérios e procedimentos que viabilizam a produção de um conhecimento sistemático e controlado da realidade social? Não se trata tanto de uma discussão em torno de técnicas de pesquisa e de sua adequação ao tipo de investigação que se processa no âmbito dessas ciências, mas sobretudo de uma discussão que está relacionada com a própria possibilidade de um saber científico do social e com a natureza da relação que se estabelece entre o sujeito de conhecimento e esse objeto.

Conquanto este tema aparente está desvinculado de problemas concretos de pesquisa, sua abordagem nos parece ser da maior importância para uma reflexão em torno do processo cotidiano de investigação, seus limites e natureza do saber produzido.

Evidente que não constitui nossa intenção esgotar aqui o assunto ora proposto. Na realidade, nosso objetivo é o de tão apenas examinar o tratamento dado ao tema por um dos paradigmas clássicos da sociologia.

Por que MAX WEBER? Em primeiro lugar, por ter sido este autor quem dentre os clássicos, desenvolveu maiores esforços para sistematizar a questão do método nas ciências sociais. Em segundo lugar, devido ao fato de que algumas de suas reflexões sobre o tema continuam bastante pertinentes e provocativas, dando margem a interessantes questionamentos. Por fim, e fundamentalmente, pelo caráter de sua abordagem sobre o assunto, na medida em que, para Weber, o método está em constante processo de problematização e criação, inexistindo quaisquer pautas temáticas e/ou adjetivas inarredáveis. A relação entre o sujeito de conhecimento e o seu objeto sendo, nas ciências sociais, uma relação limitada, fragmentada e contraditória.

Uma última observação. Além do próprio Weber, valemo-nos neste trabalho da opinião de alguns de seus intérpretes. Notadamente quando isto nos pareceu apropriado para esclarecer os pontos mais obscuros de sua obra. Ademais, o leitor vai se deparar com uma quantidade talvez excessiva de transcrições um pouco longas do próprio Weber. Porém, como o estilo literário deste autor reve-

la em grande medida as ambigüidades e riqueza analíticas que permeiam o seu pensamento, preferimos reproduzir algumas passagens de seus trabalhos, na expectativa de obter o maior nível de fidelidade possível na nossa análise.

2 — O elemento mais geral que está no cerne da análise weberiana é a questão da racionalização do mundo moderno, perceptível no processo de ampliação da esfera da ação racional com relação a um objetivo (*zweckrational*) em todos os espaços do social. De um lado, a racionalização passa a ser encarada como um obstáculo à liberdade individual, na medida em que, para Weber, ela responderia pelo crescente processo de burocratização e rotinização da vida contemporânea. Ou seja, seria o elemento decisivo da absorção do homem enquanto sujeito de valores, por instituições administradas racionalmente. A despersonalização e a rotina opressiva como conseqüências, desde este ponto de vista, do processo geral de “desencantamento do mundo” (expressão de Friedrich Schiller que Weber gostava de utilizar para se referir a esse processo de racionalização, aproximando-se bastante de Nietzsche no sentido por este dado a tal expressão em suas reflexões). Em outra direção, entretanto, a racionalização ganha, na análise weberiana, um sentido mais positivo, como expressão do atuar livre da conduta humana no emprego de meios adequados e disponíveis aos fins claramente definidos pelo sujeito.

Acontece, entretanto, que a esfera das ações *zweckrational* não esgota as possibilidades do comportamento humano. E é a apreensão desse fato que levou Weber a identificar as outras três esferas que completam a sua conhecida classificação dos tipos de ação: a ação racional com relação a um valor (*wertational*), a ação afetiva ou emocional e, por último, a ação tradicional. Conforme diz Raymond Aron interpretando Weber, a “sociedade moderna tende toda ela à organização *zweckrational*, e o problema filosófico do nosso tempo, problema eminentemente existencial, consiste em delimitar o setor da sociedade onde subsiste e deve subsistir uma ação de outro tipo”.<sup>1</sup> Tal problema, como salienta este mesmo autor, está associado, por fim, “com o que constitui o centro da reflexão filosófica de Max Weber, a saber, os vínculos de solidariedade e de independência entre a ciência e a Política”.<sup>2</sup> No bojo de tal reflexão que permeia de ponta a ponta a obra de Weber, entreabrem-se os pontos fundamentais de sua análise, que aqui queremos enfatizar de maneira especial.

Aproximando-se de Nietzsche — cuja influência em sua obra é destacada por Gabriel Cohn —<sup>3</sup> descarta Weber a existência de um sentido intrínseco do “mundo”. São os homens que, diante de um universo destituído de sentido, atribuem significado, como condição para nele atuarem, a alguns de seus eventos. Não há, portanto, para Weber, um sistema pré-fixado de valores revelado à condição humana por alguma instância temporal ou metafísica. Ao revés, os valores estão associados à luta entre os homens, encontrando-se as suas respectivas esferas em “conflito irreconciliável entre si”.<sup>4</sup> Dentro desse contexto, qual seria o “papel” a ser desempenhado pela ciência, ela própria apoiada, em última instância, em um juízo de valor, a saber, a verdade demonstrada nos fatos ou por argumentos válidos universalmente?

As relações entre Weber e Nietzsche esclarecem, não apenas pelas afinidades como também pelas diferenças existentes entre ambos, alguns elementos fun-

damentais do pensamento do primeiro. Assim, se é explícita a associação do problema do “valor” nas reflexões desses dois autores, eles diferem em um ponto essencial. Enquanto Nietzsche se preocupa em “desmascarar” radicalmente os valores do “mundo” ocidental, Weber ocupa-se em estabelecer, a partir de sua vigência empírica, relações inteligíveis entre eles. Pois lhe parece pertinente indagar por que se dá a supremacia de alguns valores sobre outros (aqui, o tema da interligação entre valor e poder, também comum a Nietzsche), a partir do estabelecimento de um método que permita demonstrar, validamente para todos, a natureza dos vínculos existentes entre eles. Tal método é o método científico, válido para todos “os que aceitam a verdade como valor legítimo, e a ciência como um modo de atingi-la”.<sup>5</sup>

Para Weber, a ciência é um bom exemplo de ação *zweckrational*, que tem na “verdade” o fim a ser perseguido através do estabelecimento racional dos meios adequados. Acontece, entretanto, que a verdade é determinada em última instância por um juízo de valor. Daí porque, para Weber, como resalta Raymond Aron, a “ação científica é portanto uma combinação da ação racional em relação a um objetivo e da ação racional em relação a um valor, que é a verdade. A racionalidade resulta do respeito pelas regras da lógica e da pesquisa, respeito necessário para que os resultados alcançados sejam válidos”.<sup>6</sup> Disso podemos retirar algumas conclusões importantes. A ciência é um discurso lógico que não detém, *por qualquer razão de ordem intrínseca*, uma superioridade em relação a outros discursos logicamente possíveis. Ou seja, para Max Weber, essa “superioridade” estaria determinada, em última análise, por um julgamento de valor, que poderia, para fins de explicação, ser assim resumido: se pretendemos ter um conhecimento mais verdadeiro — na medida em que julgemos o valor “verdade” como possível e querido — o caminho que se oferece com maiores qualidades para nós é o da ciência. Pois esta, através dos seus métodos de pensamento e instrumentos, mostra-se mais habitada para fornecer-nos a *clareza* indispensável para uma melhor escolha dos meios e uma melhor apreensão dos fins que envolvem a nossa conduta.

Ora, é este caráter “relativo” da ciência — aqui entendido em contraposição à pretensa natureza superior e absoluta da ciência como fonte de produção da verdade — que indica um dos pontos-chaves da análise weberiana. O de que a ciência, num “mundo” povoado por uma luta incessante entre valores irreconciliáveis entre si, não pode prescrever “pautas” objetivas de conduta para o comportamento humano. Vejamos, utilizando as próprias palavras de Weber, o que ele quis dizer com isso.

Diz Weber: “Uma ciência não pode ensinar a ninguém o que *deve* fazer, senão unicamente o que pode fazer e, em certas circunstâncias, o que *querer*”.<sup>7</sup> “A defesa ‘científica’ é destituída de sentido em princípio porque as várias esferas de valor do mundo estão em conflito irreconciliável entre si (. . .). Voltamos a compreender hoje, pelo menos, que alguma coisa pode ser sagrada não só a despeito de não ser bela, mas porque não é bela, e na medida em que não é bela. Isso está documentado no capítulo 53 do Livro de Isaías, e no Salmo 21. E, desde Nietzsche, compreendemos que uma coisa pode ser bela não só apesar do aspecto no qual não é boa, mas antes nesse aspecto mesmo (. . .). É um lugar-comum ob-

servar que uma coisa pode ser verdade, embora não seja bela nem sagrada nem boa. De fato, ela pode ser verdadeira precisamente nesses aspectos. Mas todos esses casos não são os mais elementares na luta em que os deuses das várias ordens e valores se estão empenhando. Não sei como poderemos desejar decidir 'cientificamente' o valor da cultura francesa e alemã; pois aqui, também, deuses diferentes lutam entre si, agora e em todos os tempos futuros (. . .). O destino, e certamente não a 'ciência', predomina sobre esses deuses e suas lutas. Podemos apenas compreender o que a divindade representa para uma ordem ou para outra, ou melhor, o que ela é numa e noutra ordem (. . .). A proposição que apresento aqui parte sempre do fato fundamental de que, enquanto a vida continuar iminente e for interpretada em seus próprios termos, conhecerá apenas a luta incessante desses deuses entre si. Ou, falando diretamente, as atitudes últimas possíveis para com a vida são irreconciliáveis, daí sua luta jamais chegar a uma conclusão final. Assim, é necessária uma escolha decisiva. Se, nessas condições, a ciência é uma 'vocação' objetivamente digna, são julgamentos de valor sobre os quais nada podemos dizer na sala de aula (. . .)"<sup>8</sup>

O que tudo isso significa? Significa, na feliz síntese de Julien Freund, que a "ciência não tem o poder de decidir entre os pontos de vista pelos quais os homens lutam em nome de valores políticos, religiosos ou econômicos".<sup>9</sup> Ou, de uma forma mais analítica desenvolvida por Pietro Rossi, tradutor de Weber na Itália: "As ciências histórico-sociais podem, por certo, tomar seus temas da vida político-social e contribuir para a orientação ideológica com a solução de determinados problemas. Mas sua investigação deve ser objetiva. *Isto significa que não pode formular juízos de valor, e que seus resultados não podem converter-se na base de uma decisão política*" –<sup>10</sup> grifos nossos.

Essa postura de Weber representa, na verdade, uma ruptura, por exemplo, com o pensamento de Karl Marx (o compromisso com a transformação do mundo) e, principalmente como nos parece óbvio, com a perspectiva do positivismo clássico quanto à possibilidade, admitida por Comte, da "física social" como base para a organização e direção da vida em sociedade. Pois, a ciência não pode decidir, sob a justificativa de quaisquer critérios de validade, decisões que competem exclusivamente aos homens enquanto sujeitos portadores de valores em luta constante entre si. A vitória final de um determinado *deus* ou *demônio* está irremediavelmente "frustrada" face à inexistência de um sistema universal e absoluto de valores. Aos homens, e só a eles, com suas contradições e em permanente conflito valorativo entre si, cabem as decisões que dão significado e dinâmica ao "mundo" cultural. Nisso residiria, como salienta Julien Freund, a base do que Weber chama "de neutralidade em relação aos valores".<sup>11</sup>

E aqui uma advertência do próprio Weber: "É verdade que, no campo de nossas ciências, as cosmovisões pessoais se introduzem continuamente na argumentação científica; perturbam-na sempre, e deixam transparecer sua influência de maneiras distintas, ainda que no campo do estabelecimento de simples conexões causais entre os fatos, com o resultado, em cada caso, de aumentar ou diminuir as chances dos ideais pessoais, a saber: a possibilidade de querer algo determinado. A esse respeito, aos editores e colaboradores de nossa revista *'nada humano nos é alheio'*. Mas tem muito caminho entre este reconhecimento das

*debilidades humanas e a crença em uma ciência 'ética' da economia política que pudesse extrair ideais de si mesma, ou então produzir normas concretas por aplicação, a sua matéria, de princípios éticos universais".* <sup>12</sup>

Esta oposição à idéia de uma "ciência ética", normativa, tem na análise weberiana no mínimo duas importantes implicações. A primeira, a necessidade de que se faça a distinção, na tarefa de investigação, como critério de validade do saber cientificamente produzido, entre o julgamento de valor (*Werturteil*) e a relação com os valores (*Verbeziehung*). Ao investigador está vedado, como requisito da validade universal do conhecimento que está a produzir, desenvolver quaisquer julgamentos de valor a respeito dos eventos com que está trabalhando. Pois para Weber, os julgamentos de valor estão na base das "cosmovisões" pessoais e ideais que, em nome de uma "ciência ética", descaracterizam o saber científico enquanto tal. Contudo, ressalta ele, não se pode depreender disso de "modo algum que os juízos de valor hajam de estar subtraídos em geral à discussão científica pelo fato de que derivam, em última instância, de determinados ideais e, por isso, tenham origem 'subjéctiva' (. . .). A crítica não se detém ante os juízos de valor". <sup>13</sup>

Ao contrário, *busca a ciência empírica precisamente apreender conceitualmente os valores que dão sentido em última instância à ação humana.* Isto é, o investigador das ciências histórico-sociais atua com base em relação aos valores de determinado fato ou situação, embora seja sua obrigação excluir qualquer julgamento em torno desses valores. Qual seria, então, a função da ciência para Weber, desde que destituída de qualquer caráter ético? No seu famoso discurso pronunciado na Universidade de Munique de 1918, publicado em 1919 sob o título "A Ciência como Vocação", Max Weber, após destacar as diferenças entre a atitude científica e o labor de um "verdureiro", ressalta que a primeira pode contribuir com algo que o verdureiro não pode. A saber, os métodos de pensamento, os instrumentos, o treinamento para o pensamento e, especialmente, a *clareza*. <sup>14</sup> As três primeiras características perfazem o arcabouço lógico do saber dito científico que, para Weber, seria um fenômeno historicamente singular: "Apenas no Ocidente existe a 'ciência' num estágio de desenvolvimento que atualmente reconhecemos como válido (. . .). À altamente desenvolvida historiografia chinesa faltava o método de Tucídides. Maquiavel teve precursores na Índia. Mas, em todas as teorias políticas asiáticas faltava um método sistemático comparável ao de Aristóteles, e inexistia qualquer conceito racional (. . .)". <sup>15</sup>

A última característica mencionada na passagem acima — a *clareza* obtida através do conhecimento científico —, remete-nos diretamente à questão da "função/utilidade" da ciência. Não sendo ético-normativa, esta teria, consoante o pensamento weberiano, um papel importantíssimo na apreensão e explicitação das condutas que dão significado a um "mundo" sem sentido. Pois com seus métodos e recursos lógicos, a ciência constituiria, segundo Weber, o procedimento instrumentalmente adequado para fornecer, com base em critérios de validade universal, uma compreensão no máximo do possível "verdadeira" a respeito das ações humanas e suas relações motivadas por valores irreconciliáveis entre si. Diz Weber: "De fato, uma das tarefas essenciais de qualquer ciência da vida cultural do homem é, desde logo, pôr de manifesto para a compreensão espiri-

tual essas 'idéias' pelas quais se tem lutado e se luta, em parte realmente e em parte só em aparência (. . .). A consideração científica é pertinente antes de tudo, incondicionalmente, a questão de se os meios são apropriados para os fins dados (. . .). A ciência pode proporcionar-lhe (ao homem) a consciência de que toda ação, e também naturalmente, segundo as circunstâncias, a *não-ação*, implica, no que diz respeito a suas conseqüências, uma tomada de posição em favor de determinados valores, e, deste modo, por regra geral contra outros — coisa que se desconhece hoje com particular facilidade. Mas praticar a seleção é assunto seu (do homem)" — 16 grifos no original.

3 — Um outro ponto básico da análise weberiana é sua explícita "oposição" quanto à possibilidade de se estabelecer um sistema explicativo que, baseado em leis invariáveis porventura existentes na realidade, pudesse abranger a totalidade dos aspectos da vida social. Pois esta é uma pretensão *conceitualmente* impossível para Weber. Com efeito, diz ele, "jamais pode conceber-se como exaustiva ainda que a *descrição* do segmento mais ínfimo da realidade. O número e a índole das causas que determinam qualquer evento individual são sempre *infinitos*, e nada existe nas próprias coisas que indique que parte delas deve ser considerada". 17

O reconhecimento da impossibilidade de uma apreensão conceitual da totalidade dos aspectos envolvidos nos fatos ou situações do "mundo" cultural, entreabre a percepção weberiana dos limites das ciências histórico-sociais. No sentido de que elas, apesar da constante possibilidade de aperfeiçoamento dos seus métodos de pensamento e respectivos instrumentos lógicos de produção de conhecimento universalmente válido, permitem apenas apreensões parciais dos eventos estudados. Pois, para Weber, qualquer "conhecimento conceitual da realidade infinita pela mente finita descansa no suposto tácito de que só uma *parte* finita desta realidade constitui o objeto da investigação científica, parte que deve ser a única 'essencial' no sentido de que 'merece ser conhecida' " — 18 grifado no original. Este trecho contém, como tentaremos expor a seguir, as principais conseqüências que tal perspectiva acarreta dentro da análise weberiana: *a especificidade do objeto das ciências histórico-sociais, a imputação causal, o pluralismo causal e o "tipo ideal" como instrumento de apreensão da realidade empírica.*

Para Weber, a especificidade das ciências histórico-sociais não estaria, como havia defendido Dilthey, no fato de terem como objeto o "espírito" antes que o "mundo" da natureza. Ou porque não se utilizam de explicações causais como as ciências da natureza, eis que o seu labor consistiria exclusivamente da compreensão interna do significado dos fenômenos históricos ou sociais. Ao contrário, sua especificidade decorreria da estrutura interna de suas disciplinas, que estariam orientadas até à individualidade. 19 Nas palavras de Weber: "Procuramos conhecer um fenômeno histórico, isto é, *pleno de significação em sua especificidade*. Eis aqui o decisivo: só mediante o suposto de que unicamente uma parte finita entre uma quantidade infinita de fenômenos é significativa, adquire, em geral, sentido lógico a idéia de um conhecimento de fenômenos individuais" (. . .) o conhecimento dos processos *culturais* só é concebível sobre a base da *significação* que a realidade da vida, configurada sempre em forma

individual, tem para nós em determinadas conexões *singulares*. Em que sentido e em que relações sucede isto é algo que nenhuma lei nos revela, já que se decide de acordo com as *idéias de valor* desde as quais consideramos a 'cultura' em cada caso individual" — 20 grifado no original.

Surge já aqui a noção de imputação causal. Sendo o "mundo" cultural "povoado" por valores em constante luta entre si, não há uma ordem intrínseca a partir da qual seja possível se inferir "verdades" a respeito da realidade histórico-social. Mesmo um único evento ou situação implica uma vastidão de aspectos impossíveis de serem apreendidos por qualquer processo de conhecimento, inclusive o científico. A explicação que almeja a ciência em tal contexto, pois, limita-se a uma parte finita deste complexo universo.

A determinação dos elementos que constituem esta parte finita que perfaz o objeto possível de explicação científica, estaria baseada, segundo Weber, em cada caso, por um determinado ponto de vista. Diz ele: "O conhecimento das ciências da cultura, no sentido em que o entendemos aqui, está *vinculado* a premissas 'subjettivas' enquanto se ocupa só daqueles elementos da realidade que mostram alguma relação, por indireta que seja, com processos a que atribuímos *significação* cultural (. . .). A *significação* da configuração de um fenômeno cultural, e seu fundamento, não podem ser obtidos, fundados e tornados inteligíveis a partir de um sistema de conceitos legais, por perfeito que fosse; com efeito, pressupõem a relação dos fenômenos culturais com *idéia de valor*. O conceito de cultura é um *conceito de valor*. A realidade empírica é para nós 'cultura' enquanto a relacionamos com idéias de valor; abarca aqueles elementos da realidade que mediante essa relação se tornam *significativos* para nós, e só esses. Unicamente uma pequena parte da realidade individual considerada em cada caso está colorida por nosso interesse condicionado por aquelas idéias de valor; ela só tem *significação* para nós, e a tem porque exhibe relações para nós *importantes* por causa de sua ligação com idéias de valor. Só enquanto isso é assim, essa parte será para nós digna de ser conhecida em suas características individuais. Agora bem, o que é o significativo para nós é algo que nenhuma investigação 'sem supostos' do empiricamente dado pode discernir; antes ao contrário, sua determinação e pré-requisito para que algo chegue a ser objeto de investigação" — 21 grifado no original.

A seleção do objeto de investigação a partir de premissas subjettivas que atribuem importância significativa para determinados aspectos dos fenômenos histórico-sociais, com a exclusão de outros possíveis, constitui, dentro da análise weberiana, o processo de imputação de um acontecimento a suas "causas". Considerado como pré-requisito da atividade de investigação, tal processo é essencialmente o instrumento que possibilita ao investigador empreender a sua análise.

E aqui uma observação fundamental. É comum numa primeira aproximação com a obra de Weber, ou como resultado de uma leitura apressada ou preconceituosa, concluir-se pela exclusão, na análise por ele desenvolvida, da possibilidade de explicações causais no âmbito das ciências histórico-sociais. Nada mais infundado do que tal interpretação de sua obra. A oposição de Weber com relação à pretensão de se edificar, como finalidade última dessas ciências, um

corpo rigoroso de leis explicativas da totalidade do social, não pode ser confundida com um possível abandono da explicação causal dos fenômenos culturais. Decerto, um dos fatores que muito contribui para tal visão é o desenvolvimento e aplicação do recurso metodológico da *compreensão* dos fatos histórico-sociais, privilegiado na análise weberiana. Como salienta Julien Freund, o “maior mal-entendido consiste em atribuir a Weber a idéia de que a explicação e o entendimento são métodos absolutamente autônomos — mesmo opostos — quando ele nunca se cansou de repetir que são complementares e podem ser usados concorrentemente, ou mesmo simultaneamente (. . .). A verdade é que em Sociologia o nosso conhecimento só é satisfeito se tivermos não só uma explicação causal de uma relação social, mas um entendimento também de seu significado, isto é, dos seus motivos, razões e propósitos”.<sup>22</sup> Referindo-se à História, diz Weber: “(. . .) onde a análise *permanece* no estágio de uma tal ‘interpretação’ do ‘valor próprio’ do objeto, onde o trabalho de imputação causal é deixado de lado e o objeto não é submetido a questionamento quanto ao que ‘significa’ causalmente com relação a outros objetos da cultura, mais inclusivos e atuais, ali o trabalho historiográfico não tem começado a atuar e o historiador só pode achar materiais para problemas históricos” —<sup>23</sup> grifado no original.

Entretanto, na medida em que a imputação causal é apenas um pré-requisito da investigação, como proceder para verificar na realidade empírica a ocorrência da relação entre causa e efeito atribuída a partir do nosso interesse histórico ou sociológico? Isto é, qual o procedimento que, em atendimento a exigência de se produzir um conhecimento empiricamente fundamentado, permite-nos constatar se são de fato as causas imputadas previamente, na seleção e não outras, que estão na base do fenômeno cultural objeto da nossa investigação?

A resposta para tal problema se nos afigura como fundamental, na medida em que serve para elucidar alguns pontos nem sempre percebidos com clareza dentro da análise weberiana. Antes, contudo, gostaríamos de fazer duas observações. Em primeiro lugar, e a título de outra advertência, é comum ouvirmos referência à obra de Weber como a-histórica, na medida em que suas análises estariam apoiadas antes no idealismo do que no realismo dos processos históricos concretos. De uma maneira em geral, os que insistem em tal ponto costumam ressaltar a diferença existente entre Marx e Weber basicamente nesse suposto. Como salienta Irving Zeitlin, dizer “como tem tido Parsons, que depois de um primeiro contato com a posição marxiana, Weber ‘prontamente se afastou desta e se convenceu de que é indispensável assinalar um importante papel às idéias na explicação dos grandes processos históricos’, é totalmente incorreto e até tem grotescas implicações. De fato, significa que Marx, para quem a consciência de classe era fundamental na transição do capitalismo para o socialismo, não sabia que as idéias eram importantes na história” —<sup>24</sup> grifado no original. Ao que completamos com o outro lado do grotesco: significa também que Weber, para quem a crítica empírica era fundamental para a compreensão/explicação do “mundo” cultural, desconhecia o que a história significava para a produção das idéias. Só um materialismo/idealismo ingênuos são incapazes de não perceberem tal circunstância.

A outra observação que gostaríamos de fazer, antes de adentrarmos mais a fundo no processo de averiguação empírica dos supostos causais dentro da análise weberiana, é a de que Weber, por força mesmo de sua concepção do conhecimento científico como um conhecimento sempre parcial da realidade, isto é, sempre vinculado apenas uma parte finita e individualizada do objeto alvo de apreensão, descarta a possibilidade de se pretender uma explicação de qualquer evento histórico ou fato social a partir de uma causalção unilateral, mecânica e absoluta. Emerge assim, de sua postura epistemológica, a admissão do pluralismo causal. De um lado, pela noção de que nos fenômenos culturais a causa e o efeito são reciprocamente condicionados. Daí ele se referir, com respeito aos problemas econômico-sociais, em “processos ou instituições econômicas”, fenômenos “economicamente pertinentes” e fenômenos “economicamente condicionados”, por exemplo. Como salienta Julien Freund, “esse tipo de observação parece hoje banal, mas não o foi à época de Weber. Talvez estejamos prestando um tributo inconsciente à sua epistemologia, pois ele teve de opor-se ao cientificismo, que dava toda ênfase à causalidade mecânica, sem dar crédito aos fins (. . .). Ele se opõe à idéia da causalidade como razão suficiente. Não só rejeita o conceito de um efeito que pode ser iniciado num determinado momento, em condições que se podem identificar, como sustenta que a origem de todo esforço se encontra na eternidade imensurável. *Como a seqüência causal, a seqüência dos efeitos é indefinida*” — 25 grifos nossos.

Entreabre-se, dessa forma, a noção de probabilidade presente nas análises de Weber. No sentido de que o devenir histórico-social não pode ser determinado exaustivamente a partir de qualquer explicação causal, ou melhor, nem mesmo com a utilização desta. Pois tal esquema é insuficiente para prever a multiplicidade contingente dos eventos posteriores. No máximo, em uma linguagem mais acessível, diríamos que ela pode nos fornecer apenas uma “pista” que nos permita avaliar, em termos probabilísticos e parciais, a tendência futura de determinado evento ou situação. É nesse sentido que se deve entender as suas “previsões” quanto à racionalização crescente do mundo contemporâneo.

Por outro lado, o postulado weberiano do pluralismo causal rejeita a possibilidade de se encontrar uma causa antecedente única para um fenômeno cultural. Toda causalção unilateral é atribuída deliberadamente como pré-requisito da investigação que se quer desenvolver. E apenas isso. Ou seja, na medida em que a apreensão exaustiva do conjunto de causas que atuam sobre determinado fenômeno é conceitualmente impossível, a unilateralidade causal penetra em Weber apenas como instrumento de apreensão da realidade empírica. No sentido de que estabelecida no processo de imputação causal. O monismo causal enquanto postulado finalístico da investigação é uma idéia que está ausente em Weber.

E aqui outro mal-entendido em torno de sua obra. Talvez o mais popular, pois, mesmo para aqueles que nunca leram nada de Weber, tal mal-entendido explica, para as necessidades de seus trabalhos cotidianos, a especificidade da análise weberiana em contraposição notadamente ao paradigma marxista. Que é a repetida insistência de ver na obra de Weber uma negação absoluta da visão marxista da sociedade capitalista, na medida em que teria Weber substituído, dentro de um mesmo esquema mecânico e monista de causalção, a acumulação

de capital reivindicada por Marx, pela racionalização ascética da vida econômica. Ou seja, diferentemente de Marx, Weber teria atribuído ao protestantismo a formação, o desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista. Mesmo na sua obra que dá mais margem a tal interpretação (“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”), basta uma leitura mais atenta do seu último parágrafo para se descartar tal interpretação. Senão vejamos. “Aqui apenas se tratou do fato e da direção de sua influência em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria, todavia, necessário investigar mais adiante, a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz, mesmo dentro da maior boa vontade, de avaliar o significado de quanto as idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialística unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. Ambas são igualmente viáveis, mas qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica”. 26

Retomando a discussão precedente, de que maneira seria possível, dentro da análise weberiana, proceder-se à averiguação empírica do processo de imputação causal? Responde Weber: através de juízos de “possibilidade objetiva”. Vejamos o que isso significa. Na medida em que as ciências histórico-sociais, como ciências empíricas, têm um compromisso inarredável com a demonstração, esta só se torna possível, diz Weber, através da construção de um processo hipotético — diverso do processo real pela exclusão de alguns de seus elementos —, para uma avaliação aproximada, mediante a comparação entre esses dois processos, da imputação causal procedida. Se o processo hipoteticamente construído não diferir essencialmente do processo real, o elemento ou elementos excluídos estarão relacionados com o evento estudado apenas acidentalmente, na medida em que sua presença ou ausência são indiferentes. Contrariamente, se o processo hipotético distanciar-se significativamente do processo real, há que se admitir que os elementos excluídos estão adequadamente relacionados com o fenômeno objeto da investigação. As idéias de “causação adequada” e de “causação acidental” aparecem, pois, como os limites dentre os quais são dispostos os diversos graus que podem assumir os juízos de “possibilidade objetiva”.

Um exemplo do próprio Weber ajuda-nos a obter uma clara compreensão dessa passagem de sua obra. Indaga Weber se o desfecho da batalha de Maratona, com a vitória dos atenienses sobre os persas, pode ser considerada como uma das causas da cultura racional. Vejamos o desenvolvimento do seu raciocínio: “Ninguém tem exposto de maneira tão clara e nítida como ele (Weber refere-se aqui a Eduardo Meyer, cuja metodologia submete a uma rigorosa crítica) a ‘relevância’ histórica mundial das guerras persas para o desenvolvimento da cultura ocidental. Mas como ele procedeu logicamente? No essencial, expôs que existiam duas possibilidades. De um lado, o desenvolvimento de uma cultura teocrático-religiosa, cujas origens se encontravam nos mistérios e nos oráculos, sob a égide do protetorado persa, o qual em todas as partes, como no caso dos judeus, utilizava, tanto quanto possível, a religião nacional como instrumento de domínio;

por outro lado, o triunfo do mundo, que nos deu aqueles valores que continuam ainda hoje a nos sustentar. A 'decisão' entre ambas possibilidades se produziu mediante um encontro armado de dimensões tão ínfimas como a 'batalha' de Maratona, a qual representou, sem embargo, o 'requisito' indispensável para o nascimento da frota ática, e portanto, para o processo ulterior da guerra de libertação e de salvaguarda da independência da cultura helênica, assim como para o positivo estímulo à iniciação da historiografia especificamente ocidental e para o pleno desenvolvimento do drama e de toda aquela singular vida espiritual que se desenrolou neste cenário da história mundial, reduzidíssimo se se o mede com critérios simplesmente quantitativos" — 27 grifado no original.

Poderíamos dizer, portanto, que no exemplo acima, o processo construído hipoteticamente situar-se-ia na primeira possibilidade mencionada, eis que elaborado mediante a exclusão do desfecho final da batalha de Maratona. O resto, acreditamos ser auto-explicável. De posse desses elementos, podemos inferir, com Pietro Rossi que, para Weber, a "comparação entre o processo construído hipoteticamente e o processo real permite estabelecer, em cada caso, a importância causal de certo elemento, com relação ao fenômeno que deve ser explicado. Só que, desta maneira, as 'causas' elucidadas deste modo não são *todas* as causas do acontecimento em questão, senão somente as condições individualizadas seguindo certa direção da investigação, com relação à adoção de um ponto de vista específico; em segundo lugar, o nexo de causalidade admite uma série de graus que vão desde a 'causação adequada' à 'causação acidental'. Com esta dupla restrição do procedimento explicativo das ciências histórico-sociais, realiza Weber o *abandono do modelo clássico de explicação causal*, substituindo-o por um esquema de explicação que já não é causal senão, antes de tudo, *condicional*" — 28 grifado no original.

Na medida em que as ciências histórico-sociais tendem à individualidade, há a negação, dentro da análise weberiana, da possibilidade de um saber nomológico, isto é, de um saber baseado em conceitos e em regras gerais, semelhante ao das ciências naturais? Mais uma vez uma leitura atenta da obra de Weber aponta em uma direção contrária às interpretações apressadas. Todo o conhecimento científico é um saber nomológico, no sentido de que se vale sempre de abstrações e regras genéricas. Só que existe uma diferença quanto à função que os conceitos e regras detêm nas ciências histórico-sociais em contraposição com a função por eles desempenhada nas ciências naturais. Nestas, o saber nomológico constitui seu próprio objetivo último, na medida em que suas disciplinas buscariam, como salienta Weber, estabelecer generalizações a partir da multiplicidade dos fenômenos observados. Com respeito às ciências histórico-sociais, entretanto, o investigador se serve das uniformidades do saber nomológico não para inferir generalizações. Muito pelo contrário. Pela própria natureza dessas disciplinas, as uniformidades, elaboradas como regras do devenir — com todas as implicações que isso contém dentro da análise weberiana, sucintamente mencionada nos parágrafos precedentes —, têm o propósito apenas de permitir a obtenção da explicação dos fenômenos em sua individualidade. Entreabre-se, dessa forma, o conceito de "tipo ideal", erigido por Weber como o instrumento básico de apreensão dos fenômenos culturais. Diz ele: "Qualquer observação atenta

dos elementos conceituais da exposição histórica demonstra, sem embargo, que o historiador, enquanto se propõe ir mais além da mera comprovação de conexões concretas para estabelecer a *significação cultural* de um processo individual, por mais simples que seja, com o propósito de “caracterizá-lo, trabalha e *deve* trabalhar com conceitos que por regra geral só são determinados de maneira precisa e unívoca como tipos ideais (. . .). Constitui este (o tipo ideal) um quadro conceitual que não é a realidade histórica, ao menos não a ‘verdadeira’, e que muito menos está destinado a servir como esquema sob o qual haveria de conter à realidade como *espécie*, senão que, entretanto, tem o significado de um conceito *limitrofe* puramente ideal, através do qual a realidade *é medida e comparada* a fim de esclarecer determinados elementos significativos de seu conteúdo empírico. Tais conceitos são formações mediante as quais, por aplicação da categoria de possibilidade objetiva, construímos conexões a que nossa *fantasia*, disciplinada e orientada em direção da realidade, *julga* adequadas”. 29

Completa-se, dessa maneira, o arcabouço instrumental da análise weberiana. Pois todas as ciências histórico-sociais prescindem, para a explicação individual dos fenômenos, do saber nomológico. Não como um fim como nas ciências da natureza, mas sim como um instrumento indispensável à própria atividade de investigação. E isto em si não constitui qualquer novidade, eis que, ainda que inconscientemente, os investigadores dessas disciplinas aplicam constantemente construções típico-ideais às suas análises. Inclusive o próprio Marx, como ressalta Weber, a quem atribui o caso mais importante de construções típico-ideais. O que ele fez foi apenas chamar atenção para a importância desse instrumento no âmbito de tais disciplinas, além de ressaltar seu caráter instrumental e sua provisoriamente. E é precisamente aqui que passamos para o último ponto da obra de Weber que gostaríamos de mencionar neste trabalho.

4 — Acreditamos estar por demais evidente o caráter parcial e finito que assume o conhecimento científico dentro da análise weberiana. Se em Weber podemos encontrar algumas inclinações de natureza positivista, como a sua crença na ciência como instrumento por excelência de produção da verdade, por certeza constataremos nas diversas passagens de sua extensa obra, reflexões que põem por terra qualquer pretensão de visualizar no conhecimento científico qualquer característica que o permita identificar como um saber acabado, completo e inquestionável. Mais a relativização, do que o enaltecimento de um saber absoluto da realidade social apoiado em última instância num conjunto completo de conceitos e regras gerais, evidencia-se na sua concepção de ciência. Nessa linha enquadra-se sua visão em torno do não-acabamento essencial do saber científico.

Diz Weber: “(. . .) existem ciências às quais é própria uma eterna juventude; entre estas se contam todas as disciplinas *históricas*, isto é, todas aquelas para as quais o fluxo em eterno progresso da cultura apresenta problemas sempre novos. Pertence à essência de sua tarefa superar *todas* as construções típico-ideais, mas também construir, inevitavelmente, outras novas (. . .) nenhum daqueles sistemas conceituais, dos quais não podemos prescindir para a captação dos elementos significativos da realidade em cada caso, pode esgotar sua infinita riqueza (. . .). A história das ciências da vida social é e seguirá sendo, portanto, uma variação contínua entre o intento de ordenar conceitualmente os fatos

através da formação de conceitos, a resolução dos quadros conceituais assim obtidos mediante a ampliação e o devenir do horizonte da ciência, e a formação de novos conceitos sobre as bases assim transformadas (. . .) isto expressa (. . .) a circunstância de que nas ciências da cultura humana a formação de conceitos depende do aparecimento dos problemas, e que este varia junto com o conteúdo da cultura. A relação entre os conceitos e o conceituado leva consigo, nas ciências culturais, a transitoriedade de tais sínteses. Os grandes intentos de construção conceitual têm obtido como regra geral seu valor no campo de nossa ciência enquanto têm posto de relevo o caráter *limitado* da importância dos pontos de vista que estavam em sua base”<sup>30</sup> grifado no original.

A ciência como o devenir da ciência. A aversão contra qualquer esperança positivista de se estabelecer, ainda que num futuro remoto, um quadro explicativo total e acabado do social. Pois, para Weber, como ressalta Raymond Aron, a “história e a sociologia só poderiam ser completadas se o devenir humano chegasse ao fim. Seria necessário que a humanidade perdesse a capacidade de criar para que a ciência do homem fosse definitiva”.<sup>31</sup> Isto parece-nos ser o “tiro de misericórdia” que Weber, com as ambigüidades e complexidade de suas reflexões, dá de uma maneira definitiva no projeto de engenharia social presente no discurso do positivismo clássico.

5 — Após o exame dos principais aspectos metodológicos da obra de Max Weber, resta-nos concluir este trabalho, esperando ter ficado claro que a nossa intenção foi a de tão apenas proceder a uma leitura das reflexões desenvolvidas por este autor no tocante à questão do método nas ciências sociais.

Acreditamos que um trabalho dessa natureza tem a sua utilidade. No caso especial de Weber, a retomada de sua leitura, em face da riqueza de análise e o caráter um tanto polêmico de suas afirmações, atua no sentido de propiciar uma reflexão que julgamos pertinente dentro do processo cotidiano de investigação. Qual seja, a da questão do método, entendido este como o conjunto de critérios que permeia a interação sujeito-objeto, possibilitando a produção do conhecimento. A problematização do método como uma etapa necessária para a produção de um conhecimento mais criativo do social.

Na verdade, e evitando qualquer consideração sob pontos específicos de suas reflexões, talvez a maior contribuição de Weber esteja no seguinte aspecto. Em Weber — e esperamos ter sido capazes de transmitir isso ao leitor —, o método é encarado como um processo flexível, dinâmico, criativo e em constante tensão. Tensão entre ação e ciência, positivismo e antipositivismo, julgamento de valor e relação com os valores. O conhecimento como um ato permeado de fissuras e limitações, estando intimamente vinculado ao espírito criativo daquele que dele se utiliza. A inexistência de pautas temáticas e/ou adjetivas inarredáveis, constituindo a interação sujeito-objeto do conhecimento um constante desafio a ser enfrentado pelo pesquisador no dia-a-dia.

Por esta razão, e independentemente de que se aceite as colocações de Weber, sua leitura nos parece ser um passo pertinente para que se repense, no dia-a-dia dos trabalhos de pesquisa, a natureza da relação sujeito e objeto do conhecimento, seus limites, ambigüidades e perspectivas. Pois é justamente na ênfase dada por este autor à natureza flexível do método, que reside a sua maior con-

tribuição para que se repense o cotidiano da investigação: o *contínuo processo de construção metodológica devendo acompanhar "pari passu" a construção do objeto e a produção do saber sobre partes ínfimas da realidade social*.

O saber destituído de poder. Aquele, subordinado à aplicação de esquemas lógicos compreensivo-explicativos. Este, subordinado à luta incessante entre "deuses" e "demônios". O que talvez explique o fato, mencionado por Raymond Aron, de que "todos os que pensam possuir uma verdade absoluta ou total, todos os que pretendem reconciliar valores contraditórios, marxistas-hegelianos, doutrinários de democracia ou do direito natural, continuam (com razão) sua polêmica contra um autor *que dá caráter dogmático a recusa do dogmatismo, que empresta uma verdade definitiva à contradição dos valores, que só conhece a ciência parcial e as escolhas extremamente arbitrárias*". – 32 grifos nossos.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*, São Paulo, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 465
- 2 Idem, ibidem
- 3 COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, pp. 101-13
- 4 WEBER, Max. "A Ciência como vocação", em *Ensaio de Sociologia*, H. H. Gerth e C. Wright Mills, eds. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 154-83, p. 174
- 5 Cf. COHN, Gabriel, *op. cit.*, p. 107
- 6 *Op. cit.*, p. 466
- 7 Cf. WEBER, Max. *Ensayos sobre metodologia sociológica*, Buenos Aires, Amorrortu editores, p. 44
- 8 Cf. "A Ciência como vocação", *op. cit.*, pp. 174, 175 e 179
- 9 Cf. FREUND, Julien. "A Sociologia Alemã à época de Max Weber", In: Bottomore, org. *História de análise sociológica*, 1980, 205-51, p. 243
- 10 Cf. *Ensayos* . . . *Op. cit.*, p. 21
- 11 *Op. cit.*, p. 243
- 12 V. *Ensayos* . . . *op. cit.*, p. 44
- 13 Idem, pp.41-2
- 14 *Op. cit.*, pp. 177-8
- 15 Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira/Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 1-2
- 16 V. *Ensayos*, *op. cit.*, pp. 42-3
- 17 V. *Ensayos* . . . *op. cit.*, p. 67
- 18 Idem p. 62
- 19 Cf. ROSSI, Pietro. Introducción. In: WEBER, Max. *Ensayos* . . . *op. cit.* p. 19
- 20 V. *Ensayos* . . . *op. cit.*, pp. 67 e 70

- 21 Idem, pp. 71-2 e 65-6
- 22 Op. cit., p. 230
- 23 V. *Ensayos* . . . op. cit., p. 148
- 24 Cf. ZEITLIN, Irving. *Ideología Y teoría sociológica*. Buenos Aires, Amorrortur editores, 1977, pp. 127-8
- 25 Op. cit., p. 230
- 26 Op. cit., p. 132
- 27 V. *Ensayos* . . . op. cit., p. 158
- 28 V. *Ensayos* . . . op. cit., introducción, p. 24
- 29 V. *Ensayos* . . . op. cit., pp. 81-2
- 30 V. *Ensayos*, op. cit., pp. 93-5
- 31 Op. cit., p. 467
- 32 Op. cit., p. 527

